

a Disabilities (ECSPD), um Órgão Consultivo da Comissão Europeia, entre 1993 a 1998.

IV — Atividades complementares desenvolvidas:

Atividade de docência proferindo lições no domínio da atividade física adaptada, do desporto para as pessoas com deficiência e do paraolimpismo, em diversas Universidades e Institutos Politécnicos (Algarve, Évora, Beja, Setúbal, Castelo Branco, Lisboa, Leiria, Coimbra, Viseu, Porto, Macedo de Cavaleiros, ...)

Formador de Recursos Humanos no domínio da Educação Especial e Reabilitação, do Desporto para as pessoas com deficiência em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Macau, S. Tomé e Príncipe e Guiné -Bissau

Especialista internacional nomeado do Projeto -piloto de Reabilitação através do Desporto (RTS — Rehabilitation Through Sport), para países em conflito (ou pós), destinado às vítimas de guerra e das minas, nomeadamente em Angola, sob a égide do Comité Olímpico Internacional e do Comité Paralímpico Internacional (IPC — International Paralympic Committee)

Esteve na génese do desporto para a paralisia cerebral em Portugal, através da Associação

Portuguesa de Paralisia Cerebral, bem como da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência e, ainda, do Comité Paralímpico de Portugal, entre 2000 e 2008 Coautor e responsável pelo primeiro programa de marketing desportivo para atletas com deficiência e paralímpicos, denominado Projeto Super Atleta

Trabalhos publicados, no país e no estrangeiro

V — Prémios e Distinções:

Mérito Maior do Esporte em Cadeira de Rodas”, Brasil 1989, da Associação Nacional de Desportos para Excepcionais (ANDE);

“Dirigente Desportivo do Ano”, Portugal 2001, Confederação do Desporto de Portugal; “Homenagem pelos resultados desportivos obtidos no âmbito das Missões Paralímpicas”, Portugal 2006, Faculdade de Motricidade Humana.

“Personalidade do Ano”, Portugal 2009, Confederação do Desporto de Portugal.

311596944

Despacho n.º 8403/2018

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a renovação da comissão de serviço dos titulares de cargos de direção intermédia depende da análise circunstanciada do respetivo desempenho e dos resultados obtidos, tendo por referência o relatório de demonstração das atividades prosseguidas e dos resultados daí decorrentes;

Considerando a análise circunstanciada do desempenho no cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretora da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo e os resultados por si alcançados no exercício do cargo;

Por deliberação do Conselho Diretivo, aprovada em reunião datada de 17-05-2018, foi determinada a renovação, pelo período de três anos, da comissão de serviço da licenciada Eduarda Maria Gomes Marques, para o exercício do cargo de Diretora da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., com produção de efeitos a partir de 01 de julho de 2018.

13 de agosto de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Augusto Baganha*.

Elementos de certificação na qualidade

Entidade: Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
Nome do designado: Eduarda Maria Gomes Marques
Cargo de direção: Direção Intermédia de 1.º grau — Diretora da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do IPDJ, I. P.
Início da comissão de serviço: 2018-07-01
Cessação da comissão de serviço: 2021-06-30

311602378

Despacho n.º 8404/2018

Nos termos previstos no artigo 27.º e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, n.º 2, 7.º, n.º 1, alínea d) e 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de

22 de dezembro, e 68/2013 de 29 de agosto, conjugado com o disposto no artigo 6.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 3 de setembro e nos termos dos artigos 1.º, n.º 1, alínea c) e artigo 5.º dos Estatutos do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ, I. P.), aprovados pela Portaria n.º 11/2012, de 11 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 231/2015 de 6 de agosto, e no uso das competências delegadas e subdelegadas por Deliberação do Conselho Diretivo n.º 1662/2016, de 29 de julho de 2016, alínea a) do n.º 2, designo, em comissão de serviço, com produção de efeitos a partir de 23 de abril de 2018, precedendo procedimento concursal, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor do Departamento Jurídico e de Auditoria, o licenciado João Manuel Marmeleiro Nunes Gonçalves da Rosa, cujo currículo académico e profissional que se anexa ao presente despacho, demonstra preencher os requisitos legais de provimento do cargo e possuir a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções.

13 de agosto de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Augusto Baganha*.

Nota Biográfica

Nome: João Manuel Marmeleiro Nunes Gonçalves da Rosa.

I — Formação académica

Licenciatura em Direito

II — Formação complementar:

Seminário de Alta Direção administrado pelo Instituto Nacional de Administração, 2005

III — Experiência Profissional:

Desde 12 de dezembro de 2014, Diretor do Departamento Jurídico e Auditoria, do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Desde 5 de março de 2012, Diretor do Departamento Jurídico e Auditoria, do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., em regime de substituição.

Desde 23 de junho de 2008, Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico do Instituto Português da Juventude, I. P.

Em acumulação de funções, desde 1 de setembro de 2007, Chefe de Equipa de Projeto da recuperação de dados dos ex-agentes da cooperação — CGA/SS.

Desde 7 de março de 2005, Chefe de Divisão dos Recursos Humanos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (ex-ICP), na tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ingresso no Quadro de Pessoal da Direção-Geral de Infraestruturas de Pessoal e Recrutamento Militar/Ministério da Defesa Nacional, em janeiro de 2003, na Divisão de Estudos Profissionais e Política Salarial, com intervenção especial nas áreas de sistema retributivo e carreiras do pessoal civil (funcionários públicos) e militar.

Ingresso no Quadro de Pessoal da Direção-Geral de Infraestruturas/Ministério da Defesa Nacional, em 26 de agosto de 2002, com a categoria de técnico superior 1.ª classe.

Desde 01 de janeiro de 1996, no Gabinete de Apoio da Direção de Recrutamento/Exército, na qualidade de consultor jurídico, assumiu responsabilidades correspondentes a posto Superior (capitão).

1994-2001 — Consultor jurídico no Gabinete de Apoio da Direção de Recrutamento, integrada no Comando de Pessoal, do Exército Português.

1993 — Consultor jurídico no Serviço de Justiça e Disciplina do Quartel-General da Zona Militar dos Açores (no âmbito do Serviço Efetivo Normal).

Exercício de Advocacia.

Formador:

No âmbito do Quadro do PROFAP e do FORAL, foi responsável pela formação relativa ao Código de Procedimento Administrativo, nas seguintes Câmaras Municipais, Castro Daire, Faro (4), Guarda, Nelas, Tondela, Portimão (2), S. Pedro do Sul, Torres Novas (2), Viseu (3);

No âmbito da IMPORMOL (Organização metalúrgica) foi responsável pelo estudo da Legislação Laboral;

No âmbito do novo regime de vínculos, carreiras, remunerações, contrato de trabalho em funções públicas e procedimento concursal: C. M. Lagos, C. M. Loulé, C. M. Albufeira; Comunidade Intermunicipal de Terras de Santa Maria da Feira (CIMTSMF). Direção Regional de Economia do Algarve, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sede), Direção Regional da Agricultura do Algarve, CCDR Algarve, Ministério do Ambiente e do Ordenamento, Comunidade Intermunicipal da Lezíria (CIMLT) e CIMTSMF.

No âmbito do regime de colocação de pessoal em situação de mobilidade especial: CIMLT e CIMTSMF